

Quotidiano dos mercadores portugueses em Bruges no século XV

*Flávio Miranda*¹

Resumo

O estudo do quotidiano dos mercadores tem seguido diferentes abordagens que privilegiam as suas atividades socioeconómicas em ambiente urbano (Murray 2005), os seus locais de convívio e de descanso (Constable 2003), as suas estratégias na gestão de conflitos (Miranda & Wubs-Mrozewicz 2017), e o seu papel na administração de propriedades rurais (Dyer 2012). Cada uma destas abordagens preenche uma lacuna no nosso conhecimento sobre a vida, o trabalho, as relações sociais e os comprometimentos institucionais de indivíduos que entraram na história como comerciantes, migrantes, diplomatas e produtores. Este artigo investiga o quotidiano e as interações sociais dos mercadores portugueses em Bruges durante o século XV, propondo-se a interpretar os espaços de interação socioeconómica, os laços de confiança mercantil entre as comunidades locais e estrangeiros, assim como as evidências de relações familiares e de conflitos estabelecidos nesse território flamengo. As sentenças civis, preservadas no arquivo da cidade de Bruges, fornecem a sustentação empírica deste estudo, que utiliza, sempre que necessário, documentação portuguesa e de outros países para o estabelecimento de nexos comparativos. Propõe uma divisão metodológica entre ocorrências atípicas coletivas e individuais, colocando a hipótese de que as segundas permitiram um desenvolvimento da atividade mercantil luso-flamenga.

Palavras-chave

Mercadores, Flandres, Portugal, Quotidiano, Século XV.

¹ CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (DL57/2016/CP1367/CT0004). Este texto é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020.

Everyday Life of Portuguese Merchants in Fifteenth-Century Bruges

Abstract

The study of merchants' daily life has been following different approaches, which focus on their socioeconomic activities in urban environment (Murray 2005), the places of interaction and rest (Constable 2003), the strategies used for conflict management (Miranda & Wubs-Mrozewicz 2017), and their role as rural landowners (Dyer 2012). Each one of these approaches fills a void in our current knowledge about the life, the work, the social relations, and institutional commitments these individuals had as traders, migrants, diplomats, and producers. This article researches the daily life and social interactions of the Portuguese merchants in fifteenth-century Bruges, examining the places of socioeconomic interaction, the bonds of merchant trust established between locals and foreigners, the evidence on family relations, and the type of conflicts in Fleming territory. The civil sentences, preserved in Bruges's city archive, provide the empirical foundation of this study, which uses, whenever possible, sources from Portugal and other European countries to establish comparative connections. It proposes a methodological division between atypical collective events and atypical individual events, and it argues that the latter allowed for the development of Portuguese-Fleming commercial relations.

Keywords

Merchants, Flanders, Portugal, Daily life, Fifteenth century.

Introdução.

No dia 11 de dezembro de 1440, às portas de Bruges, Filipe o Bom da Borgonha (r. 1419-1467) foi recebido por 1400 homens de joelho dobrado, descalços e de cabeça destapada, rogando pelo perdão do duque pela rebelião de 1436 a 1438². Este cerimonial de humilhação foi o culminar de uma violenta revolta encetada pelos cidadãos de Bruges contra as tentativas ducais de centralização da administração e da justiça, e criação de novos impostos para o financiamento das campanhas políticas e militares da Borgonha³. Uma vez ultrapassados os portões da cidade, o duque deu

² BROWN, Andrew – *Civic Ceremony and Religion in Medieval Bruges c.1300–1520*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 241.

³ DUMOLYN, Jan – “The ‘Terrible Wednesday’ of Pentecost: Confronting Urban and Princely

início à sua entrada cerimonial em Bruges. Entre os estrangeiros aí estantes assistindo ao desfile, o cronista Nicolaas Despars escreveu que estavam 136 hanseáticos, 48 castelhanos, 40 milaneses e 40 venezianos, 36 genoveses, 22 florentinos, 12 luqueses, e um número indeterminado de aragoneses e de portugueses. Os hanseáticos, por exemplo, surgiram montados a cavalo, vestindo roupas de cor escarlata e capuzes negros, e os portugueses apresentaram-se a pé, unidos e em silêncio, trajando vestes feitas com tecidos de seda⁴. Esta entrada ducal terá sido um espetáculo memorável, perdurando por largos anos na memória coletiva dos flamengos e dos estrangeiros.

O quotidiano – aquilo que sucede todos os dias – é feito, também, de eventos atípicos: a entrada triunfal do duque da Borgonha em Bruges, em 1440, configura um desses acontecimentos singulares. As pestes, as guerras, as fomes, ou a morte de um monarca enquadram-se nas ocorrências atípicas coletivas; assim como os casamentos, os nascimentos de filhos e a morte de membros da família constituem ocorrências atípicas individuais. É no âmbito destas últimas e das ocorrências típicas individuais ou coletivas que a análise histórica do dia-a-dia dos mercadores portugueses pode ser feita com maior detalhe, examinando-se as suas atividades mercantis em Bruges, no século XV. Estas incluíam as viagens mercantis; a interação com os agentes portuários e mercantis; a utilização de serviços de câmbio e de intermediação junto das estalagens; a apelação às instituições judiciais locais e ducais; a convivência e sociabilidade nos albergues e nas praças; e os momentos de fruição e de convivialidade privados, que raramente se encontram registados nas fontes.

Observar estes eventos e momentos implica fazer-se a história da vida quotidiana – a *Alltagsgeschichte*, surgida na Alemanha Ocidental nos anos de 1980 –, que tem conhecido um forte impulso nas últimas décadas, através da utilização de métodos de história social que examinam, por norma, os acontecimentos a partir de baixo (isto é, dos estratos mais baixos da sociedade, normalmente anónimos ou alheados das grandes narrativas históricas). Trata-se de uma abordagem qualitativa da vida quotidiana das pessoas, que investiga, entre outras coisas, as circunstâncias materiais dos ambientes domésticos e profissionais, assim como as interações humanas nos espaços públicos e privados⁵. Em Portugal, as bases de uma análise dos aspetos quotidianos sobressaem num estudo clássico de Oliveira Marques, nas páginas da obra *A Sociedade Medieval Portuguesa*⁶. Ou, mais recentemente, nos volumes da

Discourses in the Bruges Rebellion of 1436–1438”. *History* 92, 1-305 (2007), pp. 3-20.

⁴ DESPARS, Nicolaas – *Cronijcke van den lande ende graefscpe van Vlaenderen*. In Jean Antoine de Jonghe. 4 vols., vol. 3. Brugge: Uytgever, 1840, pp. 431-432. Embora escrita mais de cem anos depois deste evento, a crónica utiliza como fontes registos escritos de outros autores, incluindo diários de um dos seus antepassados diretos.

⁵ TEMPLER, William – “Foreword”, In LÜDTKE, Alf (ed.) – *The History of Everyday Life. Reconstructing Historical Experiences and Ways of Life*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1995, p. viii.

⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1971 (primeira edição de 1964).

História da Vida Privada em Portugal, dirigidos por José Mattoso, pese embora o facto de vida privada e quotidiano representarem duas esferas historiográficas diferentes⁷.

É fora das obras gerais que se encontram as principais investigações sobre a atividade dos mercadores, variando de acordo com os debates historiográficos nas quais se enquadram⁸. Nos estudos sobre o comércio externo, abundam as investigações sobre agentes mercantis, principalmente as companhias de mercadores das cidades-estado italianas, com detalhes sobre o quotidiano dos seus negócios⁹. Exemplos dos procedimentos e das realizações mercantis estão, de igual forma, presentes nos trabalhos sobre as relações comerciais com o Mediterrâneo e a Europa atlântica, embora seja secundário o enfoque no dia-a-dia dos agentes económicos¹⁰. Estes aspetos sobressaem mais nas investigações sobre as instituições e a gestão de conflitos, porque procuram perceber os motivos das disputas, e a sua gestão e resolução nos sistemas judiciais locais e centrais de forma comparativa nos mercados da Europa Atlântica¹¹. Para além disso, os trabalhos sobre redes ou colaborações socioeconómicas revelam, de igual modo, evidências sobre as interações profissionais entre mercadores no decurso dos seus quotidianos¹². Existe, ainda, uma série de outras análises historiográficas que

⁷ MATTOSO, José (ed.) – *História da Vida Privada em Portugal*. 4 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010.

⁸ Embora a investigação incida, sobretudo, sobre os marinheiros, veja-se: BARROS, Amândio – “Vida de marinheiro. Aspectos do quotidiano das gentes do mar nos séculos XV e XVI”, In SILVA, Francisco Ribeiro da et al. (ed.) – *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 249-263.

⁹ RAU, Virgínia – “Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini”. *Revista da Faculdade de Letras*, no. XXII (1956), pp. 56-83; RAU, Virgínia – “Bartolomeo di Iacopo di Ser Vanni mercador-banqueiro florentino em Lisboa nos meados do século XV”. *Do Tempo e da História* IV (1971), pp. 97-117; SEQUEIRA, Joana – “Michele da Colle: um mercador pisano em Lisboa no século XV”, In ALESSANDRINI, Nunziatella, et al. (ed.) – *Con Gran Mare e Fortuna. Circulação de Mercadorias, Pessoas e Ideias entre Portugal e Itália na Época Moderna*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste», 2015, pp. 21-34; SEQUEIRA, Joana – “Entre Lisboa e Pisa: alguns exemplos de viagens comerciais no terceiro quartel do século XV”, In RIBEIRO, Rui Macário (ed.) – *Ao Tempo de Vasco Fernandes*. Viseu: DGPC, Museu Nacional Grão-Vasco, Projecto Património, 2016, pp. 173-185.

¹⁰ BARATA, Filipe Themudo – *Navegação, Comércio e Relações Políticas. Os Portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1998; HINOJOSA MONTALVO, José – “Aspectos del comercio exterior valenciano en el siglo XIV (1351-1378)”, In *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, no. 12 (1999), pp. 207-236; MUÑOZ POMER, María Rosa, ESPINACH NAVARRO, Germán, IGUAL LUÍS, David – “El comercio de importación portugués en Valencia, 1487-1488”, In FONSECA, Luís Adão da, AMARAL, Luís Carlos, SANTOS, Maria Fernanda (ed.) – *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno*. Porto: FLUP, Civilização, 2003, pp. 1121-1131.

¹¹ MIRANDA, Flávio – “Commerce, conflits et justice: les marchands portugais en Flandre à la fin du Moyen Âge”. *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest* 1, 117, (2010), pp. 193-208; MIRANDA, Flávio – “The Rule of Trade. Law and Commerce in Medieval Europe”, In MUSCO, Alessandro, MUSOTTO, Giuliana – *Coexistence and Cooperation in the Middle Ages*. Palermo: Officina di Studi Medievali, 2014, pp. 927-940; MIRANDA, Flávio – “Conflict management in Western Europe: the case of the Portuguese merchants in England, Flanders and Normandy, 1250-1500”, In *Continuity and Change* 32, 1 (2017), pp. 11-36.

¹² MIRANDA, Flávio – “Portugal y las redes mercantiles en la Europa Atlántica a finales de la Edad Media”, In CARVAJAL DE LA VEGA, David, ANIBARRO RODRÍGUEZ, Javier, VÍTORES CASADO, Imanol (ed.) – *Redes sociales y económicas en el mundo bajomedieval*. Valladolid: Castilla Ediciones, 2011, pp. 151-171; MIRANDA, Flávio – “Network Takers or Network Makers? The Portuguese Traders in the Medieval West”, In CARACAUSI, Andrea, JEGGLE, Christof (ed.) – *Commercial Networks and European Cities, 1400-1800*.

permitem inferir sobre as componentes administrativas¹³, diplomáticas¹⁴ e de gestão pessoal do património que têm sido desenvolvidas nos últimos anos¹⁵.

No que diz respeito à presença dos mercadores portugueses em Bruges, os estudos têm considerado, principalmente, o comércio¹⁶, os aspetos formais da nação e da feitoria¹⁷, e os conflitos mercantis¹⁸.

Sem se separar do enquadramento historiográfico que rege este tipo de estudos, este ensaio investiga os espaços de interação socioeconómica e institucional, a relação entre os mercadores portugueses e agentes locais, assim as evidências de relações familiares em território flamengo. Pretende-se compreender o quotidiano dos mercadores portugueses, colocando-se a hipótese de ter havido uma influência positiva das instituições e da organização económica da Flandres para o sucesso do comércio luso-flamengo e para o crescimento das trocas externas portuguesas do século XV. As sentenças civis, preservadas no arquivo da cidade de Bruges, fornecerão a sustentação empírica deste estudo, que utilizará, sempre que necessário, documentação portuguesa e de outros países para o estabelecimento de nexos comparativos.

1. Bruges e os Portugueses.

No final da Idade Média, Bruges era um dos mais importantes mercados comerciais da Europa ocidental. O historiador norte-americano Jim Murray, especialista na história urbana desta cidade flamenga, considerou-a ser um modelo primordial de cidade proto-capitalista, por ter sido capaz de integrar as indústrias da Flandres, os grandes eixos do comércio internacional, e uma vasta e cosmopolita plêiade de agentes

London: Pickering & Chatto, 2014, pp. 171-186.

¹³ FARELO, Mário – *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008. Tese de doutoramento.

¹⁴ FARIA, Tiago Viúla de, MIRANDA, Flávio – “Pur Bone Alliance et Amiste Faire: Diplomacia e Comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média”. *CEM: Revista do CITCEM*, nº 1 (2010), pp. 109-128; FARIA, Tiago Viúla de – *The Politics of Anglo-Portuguese Relations and their Protagonists in the Later Middle Ages (c. 1369-c.1449)*. Oxford: Universidade de Oxford, 2012. Tese de doutoramento.

¹⁵ DYER, Christopher – *A Country Merchant, 1495-1520. Trading and Farming at the End of the Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press, 2012. Veja-se o estudo, para o caso português, de um mercador português de finais do século XV, por MOUTA, Fernando – “João Martins Ferreira, mercador-cavaleiro”. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017. Dissertação de mestrado.

¹⁶ PAVIOT, Jacques – “Les relations économiques entre le Portugal et la Flandre au XV^e siècle”, In *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*. Universidade do Porto. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 531-540.

¹⁷ FREIRE, Anselmo Braamcamp – “Notícias da Feitoria de Flandres, precedidas dos Brandões poetas do Cancioneiro”. *Arquivo Historico Portuguez*, 6 (1920), pp. 293-442; MARQUES, A. H. de Oliveira – “Notas para a História da Feitoria Portuguesa na Flandres, no século XV”, In MARQUES, A. H. de Oliveira (ed.) – *Ensaio de História Medieval*. Lisboa: Portugalia Editora, 1965, pp. 219-267; ELBL, Ivana – “Nation, Bolsa, and Factory: Three Institutions of Late-Medieval Portuguese Trade with Flanders”. *The International History Review* 14, 1 (1992), pp. 1-22.

¹⁸ MIRANDA, Flávio – “Conflict management in Western Europe...”, pp. 11-36.

mercantis europeus num sistema económico dinâmico¹⁹. Fontes comerciais, políticas, artísticas e literárias são testemunhas desse esplendor, que beneficiou largamente da forma como Bruges se inseriu no movimento geral europeu de crescimento urbano e económico conhecido por Revolução Comercial²⁰.

Por causa do contexto criado pela Reconquista Cristã, Portugal ficou de fora da primeira fase de expansão comercial, mas os seus mercadores chegaram cedo aos mercados flamengos. Desde meados do século XII que a documentação sugere que havia comércio entre Portugal e a Flandres, feito sobretudo à base da exportação de produtos de origem agrária (fruta fresca e seca, vinho, azeite, mel...) e da importação de produtos transformados (panos, pólvora, lanças para torneios, livros de horas...). Durante esta primeira fase de expansão comercial de Portugal, os movimentos mercantis eram muito irregulares, pouco definidos, configurando uma ocorrência atípica no quotidiano dos mercadores portugueses. De facto, ao longo dos séculos XIII e XIV, a Flandres terá sido um destino marcado pela irregularidade das trocas luso-flamengas, parecendo ter havido um maior interesse dos portugueses por Harfleur, na Normandia, e, em determinados momentos, pelos portos ingleses de Bristol e de Southampton, em Inglaterra.

A consolidação da presença portuguesa em Bruges terá ocorrido em inícios do século XIV, embora só no último quartel de 1300 pareça existir um aumento de embarcações portuguesas em Sluys, o porto de acesso a Bruges. Esse fluxo comercial foi, no entanto, condicionado pelas circunstâncias políticas da Guerra dos Cem Anos, lutada entre ingleses e franceses, que envolveu de forma direta e indireta o reino de Portugal e o ducado da Borgonha, senhorio do condado da Flandres. Isto ditou que, no início de 1387, por exemplo, as atividades mercantis dos portugueses para os portos ingleses e flamengos fossem interrompidas, por haver uma rutura política entre a Borgonha e a Inglaterra. Essa interrupção de cordialidade está patente no privilégio mercantil de 15 de janeiro, no qual o duque Filipe o Bravo determinou a liberdade de comércio para os mercadores de qualquer nação, “exceptéz Inglés”²¹. Por uma questão de segurança, os mercadores de Portugal (reino aliado de Inglaterra) ancoraram em Middelburg, na Zelândia, durante o primeiro semestre desse ano e redigiram cartas ao duque e à cidade de Bruges, solicitando a sua proteção para entrarem na Flandres²².

¹⁹ MURRAY, James M. – *Bruges. Cradle of Capitalism, 1280-1390*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

²⁰ LOPEZ, Roberto Sabatino – *The Commercial Revolution of the Middle Ages, 950-1350*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1971; PIRENNE, Henri – *Medieval Cities. Their origins and the revival of trade*. Princeton: Princeton University Press, 1969.

²¹ PAVIOT, Jacques (ed.) – *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482): recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1995, doc. 4. Doravante citado por “PB”.

²² Ver o contexto em MIRANDA, Flávio – *Portugal and the Medieval Atlantic. Commercial Diplomacy, Merchants, and Trade, 1143-1488*. Porto: Universidade do Porto, 2012, p. 110. Tese de doutoramento.

Estas eram, apesar de tudo, circunstâncias excepcionais, anomalias no quotidiano coletivo dos mercadores portugueses que, de forma regular, efetuavam a ligação entre os portos portugueses e os ingleses, normandos, flamengos ou zelandeses. Com o início do século XV, as relações comerciais luso-flamengas normalizaram. Em 1411 e 1437, os portugueses receberam privilégios ducais para o desenvolvimento de uma organização mercantil com estatuto legal perante as autoridades flamengas²³. É provável que esta complexificação institucional, uma novidade nas trocas entre Portugal e a Flandres, tenha sido responsável pelo aumento no número de mercadores portugueses estantes em Bruges, sobretudo a partir do final da década de 1430.

A presença de mercadores portugueses fez-se acompanhar por uma outra inovação no contexto do comércio externo do reino de Portugal: a criação de uma feitoria régia portuguesa em território europeu. Em 1430, Pedro Eanes foi nomeado feitor com funções *ad hoc* para o pagamento do dote ao duque da Borgonha, pelo casamento com a princesa Isabel. Anos mais tarde, Eanes tornou-se oficialmente feitor estante em Bruges entre 1441 e 1443, tendo adquirido para a coroa mais de 13 mil libras de pólvora, 28 mil libras de cobre, 12 bombardas, assim como arneses, arcos e flechas, colares e braceletes de ouro, sombreiros de feltro, entre outras mercadorias²⁴. Através do feitor régio em Bruges, a coroa abasteceu-se de armamento, munições, equipamentos bélicos, mas também de joalharia e de bens pessoais que introduziam singularidade no dia-a-dia dos homens de armas e no seio das elites da corte portuguesa.

Até ao final do século XV, a presença dos portugueses em Bruges continuou a aumentar, estimulando um percurso inverso de flamengos para Lisboa e para as ilhas atlânticas. Inseridos na sociedade local e habitando espaços comuns a outros agentes comerciais (como a Rua Nova dos Mercadores), Maarten Lem (ativo em Lisboa nas décadas de 1450 até 1470) e Wouter Despars (entre as décadas de 1470 e 1490) foram cruciais na promoção do comércio luso-flamengo²⁵. O aumento de grupos de mercadores estrangeiros na capital portuguesa e o fascínio provocado pela expansão oceânica aturam como catalisadores neste processo migratório bidirecional entre Portugal e a Flandres.

2. Os espaços do quotidiano.

Durante muitos anos, julgou-se ter havido em Bruges uma rua dos portugueses, uma

²³ Ver ELBL, Ivana – “Nation, Bolsa, and Factory...”, p. 5.

²⁴ MARQUES, João da Silva (ed.) – *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1944, vol 1, p. 427, doc. 337. Doravante citado por “DP”.

²⁵ LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes – “Os Lemes: um percurso familiar de Bruges a Malaca”. *Sapiens: História, Património e Arqueologia*, 0 (2008), pp. 51-83; MUS, O. – “De Brugse compagnie Despars op het einde van de 15e eeuw”. *Handelingen van het Genootschap voor Geschiedenis*. 101, 1 (1964), pp. 5-118.

ideia com mais de cem anos, que terá a sua origem numa leitura paleográfica incorreta de um documento flamengo²⁶. Apesar da sua inexistência, as fontes sugerem que os habitantes locais associavam uma zona da cidade, um bairro ou um conjunto de habitações aos mercadores de Portugal²⁷.

Interessa perceber que áreas da cidade eram essas e que interações socioeconómicas ocorreram entre os portugueses, ou entre os portugueses e outros agentes mercantis, no decurso do seu quotidiano. Alguma historiografia considera que a cidade de Bruges concedeu uma casa à nação de Portugal, em 1395, localizada na Sint-Jansstraat, primeiro, e na Ridderstraat, num momento posterior, para alojamento dos seus mercadores e armazenamento das suas mercadorias²⁸. Tem sido referido que a mudança de rua ocorreu aquando da instalação dos feitores na “Casa dos Portugueses”, antes da feitoria instalar os seus serviços na Lange Winkel Straat, tendo aí permanecido até 1499²⁹. Mas a nação de Portugal em Bruges nunca teve uma casa, uma habitação própria para os seus mercadores; nem a feitoria régia se cingiu a um espaço específico³⁰. Para além disso, e ao que tudo indica, a historiografia tem citado mal a data da concessão de uma casa pela cidade de Bruges à nação de Portugal, trocando a data correta desse acontecimento (1495) por uma outra de um período anterior (1395)³¹.

Isto não significa que os portugueses estivessem desalojados em Bruges, até porque são conhecidos os nomes de vários mercadores que viveram nessa cidade flamenga por vários anos e mesmo décadas. Os espaços de habitação podiam ser permanentes ou sazonais, dependendo do tipo de mercador e do seu grau de integração na sociedade local. Para os primeiros, infelizmente, não temos muitas informações sobre as suas habitações privadas. A casa de João Vasques (c. 1468) – mercador e secretário pessoal da duquesa Isabel da Borgonha – é a única passível de identificação no espaço urbano de Bruges³². É muito provável que outros mercadores portugueses possuíssem residência própria arrendada perto do centro da cidade,

²⁶ GILLIODTS-VAN SEVEREN, L. (ed.) – *Inventaire des Archives de la Ville de Bruges*. Bruges: E. Gailliard, 1871-8, pp. introdução, 439. Ver também HÖHLBAUM, Konstantin (ed.) – *Hansisches Urkundenbuch*. Halle: Halle, 1882, vol. 3, p. 474.

²⁷ VANDEWALLE, André – “Het natiehuis van de Portugezen te Brugge op het einde van de 15de eeuw”, In HERREGAT, J. BECUWE, F. VAN ACKER, J. (ed.) – *Getuigen in polderklei. Huldeboek dr. historicus Godgaf Dalle*. Veurne: De Rode Bles, 1990, pp. 171-80.

²⁸ A primeira referência encontra-se em LETTS, Malcolm – *Bruges and its Past*. London: A. G. Berry, 1924, p. 110.

²⁹ ELBL, Ivana – “Nation, Bolsa, and Factory...”, pp. 18-19.

³⁰ SICKING, Louis – “Funduq, Fondaco, Feitoria. The Portuguese Contribution to the Globalisation of an Institution of Overseas Trade”, In *Maritime Networks as a Factor of European Integration*. Florença: Firenze University Press, 2019, p. 201.

³¹ A gralha encontra-se em LETTS, Malcolm – *Bruges and its Past...*, p. 110. O documento original, datado de 1495, encontra-se em GILLIODTS-VAN SEVEREN, L. – *Inventaire des Archives...*, p. 381, n. 2.

³² A casa pode ser encontrada, ainda hoje, no 38 Zilverstraat, Bruges. SOMMÉ, Monique – *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne: une femme au pouvoir au XVe siècle*. Villeneuve d’Ascq: Presses universitaires du Septentrion, 1998, p. 326; PAVIOT, Jacques – *Bruges, 1300-1500*. Paris: Autrement, 2002, p. 44.

assim como os flamengos estantes em Lisboa se tornaram locatários na Rua Nova dos Mercadores. As fontes indicam que mercadores como Álvaro Dinis ou Rui Machado terão vivido as suas vidas adultas inteiras em Bruges, tendo o último obtido cidadania local, mas não parece existir qualquer fonte que comprove a sua morada.

Seria nos múltiplos albergues e hospedarias espalhados pela cidade que os mercadores portugueses poderiam ser encontrados. Os albergues eram casas que recebiam hóspedes nos seus alojamentos, mediante o pagamento de um valor pela acomodação. Estes alojamentos eram instituições centrais para o encontro intercultural de mercadores, oferecendo um leque muito alargado de serviços de intermediação e de armazenamento, podendo, por vezes, facilitar o acesso a refeições, espaços de lazer e prostituição³³. Sendo Bruges uma cidade orientada para o comércio passivo, dependendo da presença de mercadores estrangeiros nos seus mercados, os albergues desempenharam uma função essencial na sua interligação com a economia europeia. Em muitas ocasiões, os seus proprietários assumiram o papel de representantes, fiadores, cambistas e intérpretes de mercadores estrangeiros, sendo comum identificá-los como testemunhas em processos judiciais e como parceiros em negócios. Essas funções garantiram-lhes uma riqueza e um poder consideráveis em Bruges, o que lhes permitiu controlar a guilda dos cambistas e ascender a posições de poder nas instituições urbanas e políticas. Apesar disso, um estudo sistemático destes agentes ainda se encontra por fazer para o território flamengo, pelo que é difícil de desvendar, em absoluto, o impacto direto e indireto que tiveram na economia urbana e internacional³⁴.

Os portugueses recorreram aos serviços de várias famílias proprietárias de albergues em Bruges: os Van der Ackere, os Van Aartrijcke, os Baerber, os Damhoudere e, possivelmente, os Van de Walle e os Van der Vlaminckpoorte³⁵. Estamos perante algumas das mais significativas linhagens locais de proprietários de albergues, que desenvolveram uma complexa rede comercial, financeira, industrial e política na cidade de Bruges³⁶. Para além das questões relacionadas com o alojamento e armazenamento, existiam vantagens inerentes à utilização deste serviço: os donos dos albergues conheciam o mercado, os agentes económicos, as regras locais e as oportunidades de negócio. Uma das hipóteses que se pode apresentar, sobre a utilização deste serviço pelos portugueses, é a de que estes agentes económicos foram cruciais para o desenvolvimento e para a especialização do comércio luso-flamengo

³³ CONSTABLE, Olivia Remie – *Housing the Stranger in the Mediterranean World. Lodging, Trade, and Travel in Late Antiquity and the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 2.

³⁴ STABEL, Peter, et al. – “Production, Markets and Socio-economic Structures II: c.1320-c.1500”, In BROWN, Andrew, DUMOLYN, Jan (ed.) – *Medieval Bruges, c. 850–1550*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, pp. 205-06.

³⁵ Por vezes, estes nomes de famílias flamengas surgem grafados como “Vander Ackere” ou “Van Aertrijcke”. Neste estudo, segui a grafia da historiografia belga mais recente.

³⁶ STABEL, Peter, et al. – “Production, Markets and Socio-economic Structures II: c.1320-c.1500”, p. 206.

em meados do século XV.

Para além dos espaços de residência própria e partilhada, os portugueses poderiam ser encontrados em outros locais seculares e religiosos da cidade de Bruges. O espaço em frente à casa dos Van der Beurze (*Huis Ter Beurze*), por exemplo, tornou-se conhecido como praça da bolsa (*Beursplein*), agregando mercadores de partes diferentes da Europa. É, de facto, daqui que advém o termo “bolsa”, que hoje se utiliza para designar as praças financeiras contemporâneas. Nessa praça, ladeando a *Huis Ter Beurze* estavam as residências das nações veneziana, genovesa e florentina; não muito longe, os hanseáticos, os castelhanos, os bascos, os ingleses, que formavam os elementos de uma vasta rede comercial³⁷. Num pequeno espaço urbano, os mercadores tinham ao seu alcance todas as novidades e possibilidades disponibilizadas por esta “terra prometida”, sobre a qual “toda a Europa observava com inveja”³⁸.

Apesar de frequentarem Bruges desde o século XII, só no início do século XV é que os mercadores portugueses passaram a ter um espaço de devoção próprio. Em 26 de março de 1410, foi-lhes concedido um espaço na capela de Santa Cruz, para que pudessem sepultar os membros da sua nação³⁹. O documento não é claro quanto à origem deste privilégio, ficando em aberto se a iniciativa partiu dos membros da congregação religiosa ou se foi um pedido feito pelos mercadores portugueses. Tendo havido um aumento, ainda que ligeiro, de portugueses estantes em Bruges, é provável que tenha surgido a necessidade de se resolver uma questão tão básica como um local para o sepultamento do corpo e salvação da alma para aqueles que morriam longe de casa. Um pormenor interessante acerca desta fonte é o facto de incluir, pela primeira vez, a expressão “*nationis*” aplicada aos mercadores do reino de Portugal e do Algarve. Trata-se de uma identificação coletiva dos mercadores portugueses, enquanto membros de uma comunidade orgânica.

Bruges é, ainda hoje, uma cidade com um centro urbano relativamente pequeno. Onde quer que os mercadores portugueses estivessem – nos albergues, na capela de Santa Cruz, ou pela casa de João Vasques –, estariam sempre próximos dos mercados, das praças de comércio, dos serviços dos cambistas, dos canais que interligavam Bruges com o resto da Flandres, e com os principais circuitos do comércio internacional. O que significa que esse quotidiano esteve sempre imbuído de mudança, de transformação, de novidade, de notícias de várias partes da Europa. Mas foi, também, um quotidiano exposto às tensões sociais e políticas que caracterizam

³⁷ MURRAY, James M. – “Of Nodes and Networks: Bruges and the Infrastructure of Trade in Fourteenth-Century Europe”, In STABEL, Peter, BLONDÉ, Bruno, GREVE, Anke (ed.) – *International Trade in the Low Countries (14th-18th centuries). Merchants, Organization, Infrastructure*. Leuven-Apeldoorn: Garant, 2000, pp. 3-4.

³⁸ Commynes citado em BLOCKMANS, Wim, PREVENIER, Walter – *The Promised Lands. The Low Countries Under Burgundian Rule, 1369-1530*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999, p. 5.

³⁹ DP, vol. 1, 82, doc. 61.

a Flandres deste período, confrontando o poder da Borgonha, ou aliando-se ou opondo-se às monarquias inglesa e francesa no contexto da Guerra dos Cem Anos.

3. Os mercadores e os albergues.

Ao longo da Idade Média, árabes e cristãos dividiam as tipologias de mercadores em três categorias: o que importava e exportava sem sair do seu país, o peripatético que viajava com as suas mercadorias, e o agente sedentário residente no estrangeiro⁴⁰. Os três tipos de mercador coexistiram ao longo dos séculos e, em Bruges, a documentação revela que todos desempenharam funções importantes no comércio luso-flamengo.

Uma boa fonte para se ter uma ideia do envolvimento de mercadores e de outros agentes comerciais no quotidiano de Bruges é a carta de quitação dada ao feitor Pedro Eanes, de 23 de junho de 1443⁴¹. Nessa carta, estão registados mais de uma centena de pessoas que, de forma direta ou indireta, intervieram nas trocas com a Flandres. A origem geográfica desses indivíduos é muito ampla, incluindo localidades no litoral e no interior de Portugal, tais como Valença, Caminha, Ponte de Lima, Barcelos, Braga, Guimarães, Monção, Bragança, Vila Pouca, Vila Real, Mesão Frio, Porto, Leiria, Lisboa, Loulé, Faro e Tavira. Para além da diversidade geográfica, essa fonte indica as ocupações profissionais ou estatuto social de muitos desses indivíduos, que incluíam azeiteiros, escrivães das sisas, escrivães dos barinéis, escrivães da sisa dos vinhos, matadores de porcos, mestres de embarcações, marinheiros, ourives, sapateiros, tanoeiros, e ainda cavaleiros, criados de arcebispos, escudeiros e duques. Dos seus pomares, adegas e lagares, das suas jeiras, courelas e quintas, terão saído os excedentes de azeites, frutos e vinhos para os clientes nos mercados do norte da Europa. No caso destes indivíduos, o comércio externo era uma anomalia no seu quotidiano, um complemento aos rendimentos obtidos no decurso das suas profissões diárias.

A carta de quitação de 1443 identifica 11 mercadores sedentários portugueses, residentes de forma permanente ou sazonal em Bruges, que são mencionados como “estantes”. Mas, nesse documento, existe um outro nome que emerge como estruturante na relação comercial entre a Flandres e os mercadores de Portugal: Filip van Aartrijcke. Na quitação de Pedro Eanes, “Philippe Derderique” é apodado de “hóspede dos portugueses”, no sentido de que ele seria hospedeiro dos mercadores de Portugal na sua cidade⁴².

Os Van Aartrijcke eram uma família próspera e influente em Bruges, com uma fortuna feita através do alojamento e serviços prestados aos mercadores estrangeiros nos

⁴⁰ CONSTABLE, Olivia Remie – *Trade and Traders in Muslim Spain. The Commercial Realignment of the Iberian peninsula, 900-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, pp. 52-54; SPUFFORD, Peter – *Power and Profit. The Merchant in Medieval Europe*. New York: Thames & Hudson, 2003, p. 252.

⁴¹ DP, vol. 1, pp. 427 e seguintes, doc. 337.

⁴² DP, vol. 1, pp. 428, doc. 337, linha 35.

seus albergues. Em diferentes momentos do século XV, os Van Aartrijcke expandiram a sua relação com Portugal e os portugueses. A primeira referência a um membro da família Van Aartrijcke é de 1422, quando Estêvão Eanes foi apresentado perante um júri que o considerou culpado de ter atacado e roubado em alto mar Gauthier Roedbeen, de Sluys, que navegava entre Castela e a Flandres⁴³. Eanes argumentou que Roedbeen transportava bens de um inimigo de Portugal, que havia sido essa a sua motivação, mas isso não foi suficiente para impedir a sua prisão. Neste caso, entre os presentes na audiência, encontrava-se um Jan Van Aartrijcke, possivelmente um antepassado de Filip.

Filip van Aartrijcke (c. 1420-1470) especializou-se no acolhimento de mercadores de Portugal no seu albergue, tendo começado a recebê-los a partir de 1443 e até 1470⁴⁴. Nos últimos documentos em que surge associado a portugueses, Filip é identificado como burgomestre, o mais elevado cargo político da cidade de Bruges, que ocupou entre 1469 e 1470, ano da sua morte⁴⁵. Ao todo, Filip van Aartrijcke trabalhou com os mercadores portugueses desde os seus 23 anos de idade e por um período de cerca de vinte e sete anos. Apesar de não haver qualquer evidência nesse sentido, é muito provável que tenha aprendido a falar português. Afinal, de entre os vários donos de albergues, as fontes sugerem que os Van Aartrijcke foram os que mais se especializaram na receção e na prestação de serviços a mercadores portugueses. E, por vezes, surgia a necessidade de os portugueses apresentarem provas ou testemunhos em flamengo perante os magistrados de Bruges⁴⁶.

Infelizmente, os livros de contabilidade de Filip e dos mercadores portugueses não sobreviveram nos arquivos de Portugal e da Flandres, sendo necessário recorrer a fontes indiretas para o conhecimento das atividades económicas, do relacionamento comercial e do quotidiano destes agentes comerciais. Das fontes disponíveis, é evidente o domínio de frutas secas e de panos nas transações que passavam pelo albergue de Van Aartrijcke⁴⁷. Não se deve estranhar a ausência de açúcar destes registos, uma vez que a referência mais antiga de uma exportação desse produto para a Madeira é de 1468, apenas dois anos antes de Van Aartrijcke morrer⁴⁸.

O seu albergue terá hospedado mais de uma dezena de mercadores portugueses, sendo possível identificar três com uma relação mais estreita com o hospedeiro

⁴³ PB, doc. 24.

⁴⁴ PAVIOT, Jacques, CASADO ALONSO, Hilario, BALBI, Giovanna Petti – “Brugge, poort naar Zuid-Europa: Brugge en Portugal. Brugge, centrum van uitwisseling met Spanje. Brugge, haven van de Italianen”, In VANDEWALLE, André (ed.) – *Hanzekooplui en Medicibankiers. Brugge, wisselmarkt van Europese culturen*. Bruges: Stichting Kunstboek, 2002, pp. 45-49.

⁴⁵ PAVIOT, Jacques – “Les Portugais à Bruges au XV^e siècle”. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, doc. 107. Doravante citado por LPB.

⁴⁶ LPB, doc. 97.

⁴⁷ LPB, docs. 25, 27, 28, 50, 92, 102.

⁴⁸ LPB, doc. 4.

flamengo: Álvaro Dinis, João Vasques e Rui Machado. Através destes negócios e agentes conseguimos reconstruir algumas das parcerias que estabeleceram com outros mercadores e hospedeiros. Em 1455, num processo de arbitragem judicial sobre a qualidade de figos importados, surgem os nomes de outros flamengos que hospedavam mercadores portugueses: Guillaume Baerber, Jan Van der Ackere e Jan Damhoudere⁴⁹. O que estas fontes sugerem é que os albergues e os seus respetivos hospedeiros se configuravam como peças-chave nas trocas luso-flamengas, sendo os pivôs principais num emaranhado de contactos comerciais que extravasavam as fronteiras da Flandres. Estes intercâmbios comerciais poderiam, facilmente, incluir rotas, mercados e agentes de outras partes da Europa. Álvaro Dinis, um dos mercadores que usufruiu dos serviços de Filip Van Aartrijcke, estabeleceu contactos comerciais com mercadores hanseáticos, flamengos, ingleses, castelhanos, galegos, florentinos e genoveses. Para além de ser proprietário de uma embarcação (a *Despenseira*), fretava navios de outros países para os seus negócios. Em 1469, por exemplo, contratou Paul Beneke da Prússia e Hans Euwe de Hamburgo para que recolhessem sal em Setúbal e o descarregassem em Baiona, na Galiza, devendo aí carregar a embarcação com cortiça que teria como destino a Flandres⁵⁰.

As evidências sugerem que a nação portuguesa em Bruges, no início da segunda metade do século XV, seria bastante dinâmica, aumentando de relevância a partir do momento em que os produtos da expansão oceânica começaram a penetrar no mercado flamengo. E que os albergues seriam o pêndulo decisivo para este processo de expansão comercial, atingindo uma dimensão e uma proporção incomparáveis no quadro da Europa Atlântica. Mesmo João Vasques, um mercador que sabemos ter vivido em Bruges durante toda a sua vida adulta, recorria aos serviços destes albergues para os seus negócios habituais. Em 1470, ele e Filip Van Aartrijcke comparecem perante os magistrados de Bruges como avalistas ou fiadores de Álvaro Dinis, o que significa que o grau de confiança e de reputação destes mercadores entre si e para com os hospedeiros seria enorme⁵¹.

Observar o quotidiano dos mercadores através de uma metodologia que analise a gestão e a resolução de conflitos tem revelado contributos importantes para a história das instituições, da justiça, dos agentes mercantis e da economia europeia⁵². Neste contexto, permite identificar como outros mercadores portugueses, residentes

⁴⁹ LPB, doc. 25.

⁵⁰ LPB, doc. 91.

⁵¹ LPB, doc. 120. Sobre confiança e reputação, ver GREIF, Avner – “Reputation and Coalitions in Medieval Trade: Evidence on the Maghribi Traders”, In *The Journal of Economic History* 49, 4 (1989), pp. 857-882; LANDA, Janet T. – *Trust, Ethnicity, and Identity. Beyond the New Institutional Economics of Ethnic Trading Networks, Contract Law, and Gift-Exchange*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.

⁵² WUBS-MROZEWICZ, Justyna – “Conflict Management and Interdisciplinary History. Presentation of a New Project and an Analytical Model”. *TSEG. Low Countries Journal of Social and Economic History* 15, 1 (2018), pp. 89-107; MIRANDA, Flávio – “Conflict management in western Europe...”, pp. 11-36.

em Bruges, expandiram as suas atividades para a representação de membros de outras nações. Em 1457, um baleeiro chamado *Santo António*, carregado de figos e de uvas passas de Portugal para a Flandres, foi intercetado por ingleses. A bordo estavam 295 peças de fruta pertencentes a Desiderio de Vivaldi, de Génova⁵³. Em Bruges, Desiderio fez-se representar por Pedro Dinis, que apresentou na justiça local⁵⁴. Em circunstâncias normais, esta representação poderia ser interpretada como de natureza *ad hoc*, por consequência de uma ligação comercial. Mas, anos mais tarde, o mesmo Pedro Dinis é descrito como procurador de Cosimo Lomellini, um mercador genovês envolvido no comércio externo português, que viveu em Lisboa até à sua morte, em 1488⁵⁵. Uma das hipóteses que se poderá apresentar para este Pedro Dinis é a de que se tenha especializado no comércio luso-italiano-flamengo, tornando-se agente de genoveses com interesse comercial entre Lisboa e Bruges⁵⁶. É plausível considerar que Pedro Dinis estivesse próximo da nação de Portugal, dos hospedeiros ao serviço dos portugueses, e da *Huis Ter Beurze*, a praça na qual os genoveses instalaram o quartel-general das suas operações comerciais.

Estas teias sociais e económicas eram tecidas, em simultâneo, por mercadores e hospedeiros, dando uma dimensão internacional e intercultural às suas atividades diárias. Claro que a presença de uma princesa portuguesa na corte da Borgonha serviu, ocasionalmente, para introduzir novidade no contexto do quotidiano mercantil. Por motivos pouco claros, em 1439 ou 1440, sabe-se que Isabel de Portugal pediu 120 *ridres* de ouro emprestados a um português na Flandres, uma dívida que a duquesa pagou de volta pouco depois⁵⁷. O financiador foi Martim Francisco, um mercador estante em Bruges pelo menos desde 1439 até 1453. Sabe-se pouco sobre a sua vida em Bruges, embora o suficiente para se conhecerem três detalhes relevantes.

O primeiro é sobre a sua atividade comercial, que parece ter-se feito através de parcerias com mercadores portugueses e flamengos. Em 1450, uma urca flamenga, com mercadorias a bordo de Martim Francisco e outros mercadores da Flandres, foi tomada por ingleses possivelmente ao largo de Southampton, originando uma queixa ao rei de Inglaterra para a sua libertação⁵⁸. O segundo está relacionado com a sua vida em Bruges, com as fontes a sugerirem que Martim Francisco possuía habitação própria⁵⁹. O terceiro é sobre a sua vida familiar. Embora os detalhes não abundem, sabe-se que em 1452 Martim Francisco tinha um filho que estaria entregue ao cuidado de Luís Vicente, um mercador português, e de Filip Van Aartrijcke, talvez no

⁵³ A firma Vivaldi tinha negócios na Flandres e, também, em Inglaterra. Ver RUDDOCK, Alwyn A. – “Alien Merchants in Southampton in the Later Middle Ages”. *The English Historical Review*. 61, 239 (1946), p. 8.

⁵⁴ LPB, doc. 26.

⁵⁵ LPB, doc. 31.

⁵⁶ MIRANDA, Flávio – *Portugal and the Medieval Atlantic...*, p. 211.

⁵⁷ PB, doc. 228.

⁵⁸ *Calendar of Patent Rolls*, Henry VI, 1446–1452, vol. 5, p. 432.

⁵⁹ LPB, doc. 16.

decorso de um período de ausência profissional. Ambos são referidos como tutores do filho de Martim Francisco. Durante essa ocasião, deu-se um acidente com um Pieter de Smet que cegou o olho direito da criança. Perante as autoridades locais, que investigaram o acidente, Pieter de Smet argumentou que a circunstância “ocorreu por catástrofe” e que não pretendia fazer mal ao filho de Martim, especialmente por ser seu familiar⁶⁰. O documento é lacónico e o grau de parentesco nunca é estabelecido. Confirmando-se a existência de uma habitação própria de Martim Francisco em Bruges, existe a possibilidade de que este possa ter sido casado com um membro da família de Pieter de Smet.

4. Evidências sobre a vida privada.

Os estudos sobre o quotidiano costumam privilegiar a vida privada e familiar, uma abordagem histórica quase impossível de concretizar para a presença dos mercadores portugueses em Bruges, no século XV. Sabe-se que o número de agentes sedentários ou estantes não terá sido muito significativo, quando comparado com outras nações, mas é provável que alguns se tenham unido a famílias locais. Martim Francisco, como foi referido, terá sido casado com um membro da família de Pieter de Smet. João Vasques, o mercador e secretário da duquesa Isabel, foi casado duas vezes com filhas de hospedeiros flamengos. Em 1453, casou-se com Margarida Van Ackere, possivelmente filha de Jan Van der Ackere. Juntos, tiveram um filho chamado Carlos⁶¹. Após a morte de Margarida, em 1466, João Vasques casou, de novo, com uma flamenga chamada Catarina Van de Walle. Num raro exemplo de propriedade privada de um mercador português para o período medieval, sabemos que João Vasques possuía uma pequena biblioteca com, por exemplo, uma cópia de obras de Séneca (impresso em Nápoles, em 1475), uma história de Tróia (um manuscrito do final do século XIV), e um livro de horas *Horæ Beatæ Mariæ Virginis* (impresso em Bruges, em 1468, com as armas de Portugal na capa)⁶². Este último seria uma obra com alguma tradição de leitura em território português, constando no catálogo de livros de uso do rei Duarte (r. 1433–1438)⁶³.

Entre aqueles que viveram, casaram e tiveram filhos em território flamengo, é provável que tenham estado em contacto com outras instituições e que tenham tido outras preocupações típicas do quotidiano de famílias deste estrato socioeconómico. Os filhos de Martim Francisco e de João Vasques terão sido, também eles, pequenos agentes nas suas redes sociais. Dos convívios, das brincadeiras e da educação destas

⁶⁰ LPB, doc. 17.

⁶¹ Os nomes das esposas e do filho de João Vasques foram traduzidos para português, por uma questão de comodidade de leitura.

⁶² BUSSCHE, Émile Vanden – *Flandre et Portugal*. Bruges: C. de Moor, 1874, p. 118.

⁶³ BRAGA, Teófilo – *História de Camões. Parte II*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1874, p. 402.

crianças, infelizmente, pouco sabemos. O filho do feitor Afonso Martins, que terá crescido em Bruges antes da migração da nação portuguesa para Antuérpia, é um dos raros exemplos que temos sobre a sua educação para este período. Num documento de 23 de dezembro de 1496, Afonso Martins concedeu um valor monetário para o seu filho Ludovico, estudante na Universidade de Lovaina⁶⁴.

O fim necessário dos mercadores e marinheiros portugueses na Flandres surge em poucos registos flamengos. Para aqueles que morriam a bordo de causas naturais ou assassinados durante a viagem, é provável que o corpo fosse envolvido em mortalha e depositado em alto-mar⁶⁵. Os bens destes mercadores ou marinheiros seriam, posteriormente, contabilizados e entregues à família. As fontes flamengas e portuguesas não parecem conter qualquer evidência deste tipo de situação, mas na documentação inglesa sobrevivem registos que suportam esta hipótese. Em julho de 1443, o mercador Afonso Mendes de Tavira morreu a bordo de uma embarcação possivelmente inglesa. Os seus bens foram transportados até à Cornualha e as autoridades deram início a um processo para reclamação por dívidas, resolução de contratos, e entrega dos bens e dinheiro aos seus herdeiros⁶⁶. Estes procedimentos eram transversais a outras partes da Europa. Quando, em 1470, o mercador Luís Martins morreu em Bruges sem deixar testamento, os cônsules da nação de Portugal nomearam dois representantes, aos quais se juntaram dois flamengos eleitos pelos magistrados da cidade, para inventariarem os seus bens, resolverem dívidas pendentes e entregarem a herança aos legítimos herdeiros⁶⁷. Um pormenor interessante desse processo é haver uma referência ao livro de contabilidade pessoal de Luís Martins, um pedaço de história mercantil que, *hélas*, desapareceu.

Embora a capela de Santa Cruz fosse, desde 1410, o epicentro religioso dos membros da nação portuguesa em Bruges, nem todos os mercadores foram sepultados nesse local. João Vasques – o mercador cuja casa em Bruges conhecemos, que foi secretário da duquesa Isabel e que teve negócios com Filip van Aartrijcke – morreu no dia 13 de janeiro de 1487, tendo sido sepultado numa das mais importantes instituições religiosas de Bruges: a catedral de São Salvador (Sint-Salvatorskathedraal). Na sua lápide ficou gravado o seu papel enquanto funcionário de Isabel de Portugal, o nome das suas duas esposas (Margarida e Catarina) e de seu filho Carlos, que se tornou escudeiro da arquiduquesa da Áustria e duquesa da Borgonha⁶⁸.

⁶⁴ DOEHAERD, Renée (ed.) – *Études Anversoises. Documents sur le Commerce International à Anvers, 1488-1514*. Paris: Sevpen, 1962, vol. 2, p. 143, doc. 3126.

⁶⁵ Em 1460 ou 1461, Rodrigo de Aragão agrediu e matou um peregrino a bordo de uma embarcação portuguesa. PB, app. doc. 48.

⁶⁶ *Calendar of the Close Rolls*, Henry VI, 1441-1447, vol. 4, 148.

⁶⁷ LPB, docs. 102, 05.

⁶⁸ BUSSCHE, Émile Vanden – *Flandre et Portugal...*, p. 117.

Conclusão.

Face à lacuna de documentação que potencie o conhecimento da vida diária dos mercadores portugueses, os dados disponíveis apenas permitem perceber se estamos perante fenómenos de ocorrências atípicas coletivas ou individuais. A notícia do casamento de Isabel de Portugal com o duque da Borgonha, em 1430, o processo de institucionalização formal da nação de Portugal, em 1437, e a entrada ducal em Bruges, em 1440, entram na categoria dos acontecimentos coletivos: memoráveis, mas de reduzido impacto no quotidiano. Mais do que tudo, são efemérides, embora tenham produzido alterações na expansão dos grupos socioeconómicos e na organização mercantil em território flamengo. Foram, portanto, as ocorrências de cariz individual as mais comuns, entrelaçando as vivências pessoais e profissionais dos mercadores estantes e sazonais que por Bruges passaram em meados do século XV.

A investigação ao quotidiano desses agentes económicos portugueses no condado da Flandres apresenta poucas evidências singulares, podendo ser estabelecidos paralelos com outros sujeitos nos mercados europeus. O que tornará particular este exame é a discussão de hipóteses sobre as consequências desse quotidiano no desenvolvimento da atividade mercantil luso-flamenga e na circulação humana – mais do que de agentes económicos – em finais da Idade Média.

As consequências na transformação da atividade mercantil portuguesa podem ser identificadas no relacionamento institucional e na difusão das redes socioeconómicas. Em primeiro lugar, a nação de Portugal em Bruges era, em simultâneo, uma organização institucional (com carta ducal de formação de 1411 e de renovação em 1437) e imaterial (porque nunca teve uma casa permanente, um armazém, uma sede fixa para os seus serviços). Isto determinou que os albergues se tornassem no espaço primordial para os negócios mercantis luso-flamengos, o epicentro da vida económica e social deste grupo social. Esta repetição de interações socioeconómicas e institucionais com agentes locais forneceu as ferramentas para o crescimento das relações mercantis luso-flamengas a partir de meados do século XV. Um quotidiano marcado pelo contacto com os mais empreendedores, influentes e ricos mercadores da Europa ocidental; um dia-a-dia pautado pelo acesso às inovações técnicas, financeiras e legais, e a um conjunto alargado de mercados, extravasando as fronteiras da Flandres. Não será exagerado considerar que este contacto estimulou e contribuiu para o aumento do comércio externo português da segunda metade do século XV.

Some-se a isto a relevância do comportamento dos agentes económicos, com as suas estratégias sociais, profissionais e matrimoniais, e o resultado apresenta hipóteses com um potencial de transformação das estruturas da sociedade. Independentemente de terem frequentado o mercado flamengo de forma sazonal ou duradoura, os agentes

que aí estiveram estabeleceram contactos, rotinas, laços de confiança e canais de comunicação que ampliaram a dimensão das redes socioeconómicas e estimularam os movimentos migratórios entre Portugal e a Flandres. Foi em busca de um maior lucro para o seu comércio que partiram os portugueses para a Flandres, tendo esse potencial servido para atrair os flamengos para Lisboa e ilhas atlânticas, que acabariam por trazer consigo tradições e métodos que influenciaram a economia, mas também os espaços urbanos e a arte que se pode testemunhar, ainda hoje e por exemplo, pelos museus e igrejas da Madeira e de outros espaços de Portugal.